

SÉRIE ANTROPOLOGIA
ISSN 1980-9867

430

**ANTROPÓLOGOS BRASILEIROS NA ÁFRICA:
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OFÍCIO
DISCIPLINAR ALÉM-MAR**

**Juliana Braz Dias
Kelly Cristiane da Silva
Omar Ribeiro Thomaz
Wilson Trajano Filho
Brasília, 2009**

**Universidade de Brasília
Departamento de Antropologia
Brasília
2009**

Série Antropologia é editada pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, desde 1972. Visa a divulgação de textos de trabalho, artigos, ensaios e notas de pesquisas no campo da Antropologia Social. Divulgados na qualidade de textos de trabalho, a série incentiva e autoriza a sua republicação.

ISSN Formato Impresso: 1980-9859

ISSN Formato Eletrônico: 1980-9867

1. Antropologia 2. Série I. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília

Solicita-se permuta.

Série Antropologia Vol. 430, Brasília: DAN/UnB, 2009.



Universidade de Brasília

Reitor: José Geraldo de Souza Jr.

Diretor do Instituto de Ciências Sociais: Gustavo Lins Ribeiro

Chefe do Departamento de Antropologia: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Coordenador da Pós-Graduação em Antropologia: José Antônio Vieira Pimenta

Coordenadora da Graduação em Antropologia: Marcela Stockler Coelho de Souza

Conselho Editorial:

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

José Antônio Vieira Pimenta

Marcela Stockler Coelho de Souza

Comissão Editorial:

Andréa de Souza Lobo

Soraya Resende Fleischer

Editoração Impressa e Eletrônica:

Cristiane Costa Romão

EDITORIAL

A Série Antropologia foi criada em 1972 pela área de Antropologia do então Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, passando, em 1986, a responsabilidade ao recente Departamento de Antropologia. A publicação de ensaios teóricos, artigos e notas de pesquisa na Série Antropologia tem se mantido crescente. A partir dos anos noventa, são cerca de vinte os números publicados anualmente.

A divulgação e a permuta junto a Bibliotecas Universitárias nacionais e estrangeiras e a pesquisadores garantem uma ampla circulação nacional e internacional. A Série Antropologia é enviada regularmente a mais de 50 Bibliotecas Universitárias brasileiras e a mais de 40 Bibliotecas Universitárias em distintos países como Estados Unidos, Argentina, México, Colômbia, Reino Unido, Canadá, Japão, Suécia, Chile, Alemanha, Espanha, Venezuela, Portugal, França, Costa Rica, Cabo Verde e Guiné-Bissau.

A principal característica da Série Antropologia é a capacidade de divulgar com extrema agilidade a produção de pesquisa dos professores do departamento, incluindo ainda a produção de discentes, às quais cada vez mais se agrega a produção de professores visitantes nacionais e estrangeiros. A Série permite e incentiva a republicação dos seus artigos.

Em 2003, visando maior agilidade no seu acesso, face à procura crescente, o Departamento disponibiliza os números da Série em formato eletrônico no site www.unb.br/ics/dan.

Ao finalizar o ano de 2006, o Departamento decide pela formalização de seu Conselho Editorial, de uma Editoria Assistente e da Editoração eletrônica e impressa, objetivando garantir não somente a continuidade da qualidade da Série Antropologia como uma maior abertura para a inclusão da produção de pesquisadores de outras instituições nacionais e internacionais, e a ampliação e dinamização da permuta entre a Série e outros periódicos e bibliotecas.

Cada número da Série é dedicado a um só artigo ou ensaio.

Pelo Conselho Editorial:

Luís Roberto Cardoso de Oliveira

SUMÁRIO

Title: Brazilian Anthropologists in Africa: Remarks on Theory, Politics and Fieldwork Overseas

Abstract: In the last few years, studies that have African countries as their scenario are becoming a regular element of the anthropology produced by Brazilian scholars or by those that have ties of some nature with Brazilian institutions. The potentialities, challenges and tensions that have permeated such experiences are here taken as objects of reflection by a group of anthropologists. This work does not constitute a homogeneous narrative. It is rather a series of remarks, organized around common themes. The debate is inspired by a variety of issues such as: the cultural diversity of African populations and the difficulties in conceiving of a Brazilian style of anthropology in construction in and about the *PALOP*; the place occupied by the Portuguese language in research experiences; and the way in which research investments oriented by the South-South agenda are situated within a broader system of power relations.

Key words: Brazilian anthropology, Africa, research challenges

Título: Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar

Resumo: Nos últimos anos, vê-se consolidar na antropologia produzida por pesquisadores brasileiros, ou com algum tipo de vínculo com instituições do nosso país, pesquisas que têm como cenário países africanos. As potencialidades, os desafios e as tensões que têm permeado tais experiências de pesquisa são aqui tomados como objeto de reflexão por um grupo de antropólogos. Não se trata de uma narrativa homogênea, mas de um conjunto de comentários, estruturados a partir de temas comuns. São debatidas questões como: a diversidade cultural das populações africanas e as dificuldades em se pensar a existência de uma antropologia com estilo brasileiro em construção nos/sobre os PALOP; o lugar ocupado pela língua portuguesa nas experiências de investigação; e o modo como investimentos de pesquisa orientados pela agenda sul-sul situam-se em um sistema de poder mais amplo.

Palavras-chave: Antropologia brasileira, África, desafios de pesquisa

Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar¹

Juliana Braz Dias
Kelly Cristiane da Silva
Omar Ribeiro Thomaz
Wilson Trajano Filho

Apresentação

Kelly Cristiane da Silva

Já há algum tempo, vê-se consolidar na antropologia produzida por pesquisadores brasileiros, ou com algum tipo de vínculo com instituições do nosso país, pesquisas que têm como cenário países africanos. Destacam-se, nesse quadro, as atividades de investigação realizadas em centros de pós-graduação de São Paulo (na Universidade de São Paulo e na Universidade Estadual de Campinas), Distrito Federal (na Universidade de Brasília), Rio de Janeiro (na Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Bahia (na Universidade Federal da Bahia). Diante do manancial de práticas e conhecimento acumulados até o momento, pareceu-nos ser esta uma ocasião oportuna para reflexão a respeito das potencialidades, desafios e tensões que têm permeado tais experiências.

As considerações que seguem são produtos das discussões realizadas originalmente na mesa-redonda “Existe uma ‘antropologia brasileira’ nos/sobre os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP)?,” ocorrida em junho de 2008, na XXVI Reunião Brasileira de Antropologia. A escolha pelos PALOP, antes que se pense em algum olhar luso-tropical de nossa parte, deu-se por pressupormos (na ausência de um levantamento sistemático atual) que as investigações levadas a cabo nesses países por antropólogos brasileiros tinham maior expressão numérica. Além disso, trata-se de empreendimentos que ocorrem há pelo menos uma década, o que facilita a construção de um olhar retrospectivo crítico a respeito deles. É importante também ressaltar que o termo PALOP, naquele contexto, foi escolhido por nos parecer ser menos ideológico dentre outros possíveis, tais como Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), “África Portuguesa” etc. Disso não se supõem que ignorássemos a imensa diversidade das populações que habitam suas fronteiras e os diferentes processos sócio-históricos que as conformaram.

¹ Uma versão em língua inglesa deste artigo foi publicada na revista *Vibrant*, vol. 5, n. 2, p. 277-303, julho a dezembro de 2008.

O debate então realizado foi inspirado por questões como: 1) a maneira segundo a qual se formam antropólogos no Brasil condiciona em alguma medida nossa apreensão dos fenômenos que se dão nestes cenários empíricos, *vis-à-vis* outras variações “nacionais” da disciplina?; 2) a história da consolidação da disciplina no Brasil e sua posição diante das antropologias “centrais” reverberam nos registros de percepção produzidos por nós?; 3) o fato de a língua portuguesa ser nosso idioma materno traz alguma implicação na interação com nossos objetos de pesquisa?; 4) qual o papel de nossa nacionalidade, na forma como ela é percebida por nossos interlocutores, na construção do conhecimento?

Essas e outras questões são abordadas abaixo por antropólogos com experiências de pesquisa nas áfricas oriental, ocidental ou insular. Tais questões deram origem a múltiplas respostas, impossíveis de resumir a uma narrativa homogênea. A fim de preservar a riqueza e complexidade dos argumentos construídos, optou-se por organizá-los na forma de comentários, estruturados enquanto tais a partir de temas que se fizeram comuns às intervenções de Juliana Braz Dias, Omar Ribeiro Thomaz e Wilson Trajano Filho, a saber: 1) Qual ‘antropologia brasileira’ na África? 2) As fronteiras culturais da África e os limites do Império, das noções de PALOP e de CPLP; 3) A língua portuguesa: potenciais e armadilhas; 4) Outras questões políticas.

Da primeira sessão de comentários, destaca-se por que é impossível pensar em uma antropologia com estilo brasileiro em construção nos/sobre os PALOP. A seguir, somos chamados a refletir a respeito da diversidade cultural das populações africanas e a inadequação de categorias políticas correlacionadas à ordem internacional do mundo para dar conta de suas proximidades e diferenças. Na discussão a respeito do lugar ocupado pela língua portuguesa em suas experiências de investigação, os autores indicam o potencial semântico múltiplo desse signo e instrumento de comunicação, que ora auxilia, ora atrapalha e confunde o ofício profissional nesses espaços. Encerra-se esse comentário coletivo problematizando, entre outras coisas, o modo como investimentos de pesquisa orientados pela agenda sul-sul situam-se em um sistema de poder mais amplo, do qual é parte fundamental o projeto do Estado brasileiro em se apresentar como liderança entre os países emergentes.

Pretende-se que tais reflexões figurem como um registro de algumas das questões e desafios que se impõem contemporaneamente ao campo da antropologia no Brasil. Obviamente, não há qualquer pretensão de totalização das tensões que se colocam em decorrência dessas experiências. As Áfricas são muitas, bem como os antropólogos brasileiros que exercem seu ofício além-mar. No entanto, em um momento em que a internacionalização das agendas de pesquisa se coloca como um caminho viável e fecundo para muitos de nós, o olhar crítico de alguns pioneiros dessa trilha pode nos auxiliar a melhor controlar os condicionantes que atravessam nossa prática disciplinar.

1) Qual “antropologia brasileira” na África?

Omar Ribeiro Thomaz

Minha primeira reação à pergunta que dá nome a esta mesa é a formulação de outra pergunta: por que haveria uma “antropologia brasileira” nos ou sobre os assim chamados países africanos de língua oficial portuguesa? A simples constatação de que

há antropólogos brasileiros ou antropólogos formados no Brasil ou vinculados a instituições brasileiras realizando pesquisa nestes contextos não é suficiente para tal formulação. Para além desta constatação teríamos que imaginar que os antropólogos brasileiros são sujeitos de uma antropologia específica, “brasileira”; mas também teríamos que diferenciar os antropólogos brasileiros que fazem pesquisa em territórios outrora colônias de Portugal na África daqueles que fazem pesquisa em outros países africanos – e os há: na Costa do Marfim, no Benim, no Mali, na República Democrática do Congo, na Namíbia, na África do Sul, em Uganda.

Com relação à singularidade da antropologia brasileira em geral, não creio que seja a pessoa mais adequada para fazer qualquer tipo de sistematização, sobretudo porque há uma verdadeira subdisciplina denominada “História da Antropologia no Brasil”, ou “Antropologia Brasileira”, que tem seus especialistas e constitui uma verdadeira tradição que procura, entre outras coisas, desvendar linhagens intelectuais e compreender as particularidades na constituição do campo, defendendo inclusive a existência de um estilo específico da prática antropológica entre nós. De certa maneira, é a existência desta discussão em torno da “Antropologia Brasileira” que permitiu a proposta desta mesa, na medida em que há tempos que se constata que fazer Antropologia no Brasil geralmente se confundiu, pelo menos em algumas de nossas linhagens, na realização de uma Antropologia do Brasil. Neste sentido, a pergunta sobre se nossa “singularidade” se reproduziria além fronteiras faz, em princípio, certo sentido: é o correlato necessário da nossa autonomia diante das “grandes tradições”, entendida por alguns como três – a britânica, a norte-americana e a francesa – e por outros como quatro – estas três mais a alemã. Poderíamos constituir uma quarta ou quinta tradição, e poderiam surgir outras, como a antropologia mexicana, a indiana, a chinesa...

Esta formulação traz consigo problemas, entre os quais elencarei apenas alguns – insisto, não sou especialista em história da antropologia no Brasil, e tampouco de história da antropologia em geral. Em que medida podemos diferenciar a antropologia britânica de uma antropologia sul-africana, por exemplo? Alguns dos antropólogos geralmente associados à antropologia britânica não só eram sul-africanos como estavam envolvidos política e eticamente com o seu país – antropólogos tão distintos como Gluckman, Schapera, Turner, Hilda Kuper, Adam Kuper, Jesica Kuper, Monica Wilson, entre tantos outros... Todos realizaram pesquisa em contextos africanos e muitos deles foram impedidos de exercer sua profissão na África do Sul depois de certo momento, dirigindo-se aos protetorados britânicos como a Basutolândia e a Suazilândia ou colônias como a Rodésia do norte, atual Zâmbia. E mais: seus trabalhos foram, de fato, decisivos para o trabalho de antropólogos como Radcliffe-Brown – que viveu na África do Sul e foi de lá expulso por se opor ao sistema de segregação – ou Evans-Pritchard.

A insistência de alguns em diferenciar a antropologia norte-americana daquela que no período pré-nazista teve lugar na Alemanha não resiste a uma análise mais detalhada. De certa forma, linhagens do culturalismo norte-americano são antes devedoras de sua origem teutônica do que fruto de uma especificidade intelectual ou institucional norte-americanas.

Em todo o caso, a insistência em torno de um debate sobre uma “antropologia brasileira” é fruto da constatação da constituição da disciplina longe de um contexto imperial ou que contasse com uma espécie de “ultramar”. E aqui é provável que

tampouco sejamos muito originais, pois em distintos momentos de nossa história podemos certamente aproximar nossa disciplina de movimentos mais ou menos imperiais que se davam internamente às nossas fronteiras. Ou seja, a antropologia no Brasil deitaria suas origens na interiorização da metrópole, para usar a famosa expressão de Maria Odila, e devemos imaginar também que, da perspectiva das populações indígenas ou dos afro-descendentes, o projeto de homogeneização que acompanhou a formação nacional pode ter sido tão violento como a expansão das fronteiras coloniais na África.

Enfim, não creio que o exotismo que caracterizou as antropologias metropolitanas no início da nossa modernidade tenha sido ausente daquela que nascia no Brasil. A simples idéia de que estaríamos construindo uma nação e não um império parece ser antes uma posição de princípio: é impressionante o quanto o clássico *Os Sertões* de Euclides da Cunha guarda uma estrutura semelhante com relatos de guerra como os de Mouzinho de Albuquerque ou Antônio Enes em Moçambique. A caracterização das populações revoltosas obedecia ao mesmo princípio evolucionista, as representações sobre o seu futuro eram as mesmas, assim como a admiração diante da sua tenacidade era expressa por Euclides da Cunha ou Mouzinho de Albuquerque... ou pelos militares britânicos diante de Shaka Zulu. Por outro lado, sabemos hoje que as antropologias imperiais eram, também, nacionais, expressando nos espaços coloniais uma percepção de cultura, diversidade e mesmo projetos de homogeneização testados anteriormente no interior de suas fronteiras territoriais. Creio que estes e outros exemplos nos obrigariam a matizar nossa suposta originalidade.

Wilson Trajano Filho

A questão encaminhada não é sobre a possível singularidade de uma antropologia dos países da “África portuguesa”. Os países aí entram como um cenário onde as pesquisas são realizadas. Relembro a este propósito o mote geertziano de que não estudamos aldeias, mas nas aldeias. É bem verdade que em alguns casos nossas pesquisas têm como tema os países ou, num linguajar mais sofisticado, os estados nacionais ou as nações. Mas mesmo nestes casos, o que fazemos de fato é uma infinidade de outras coisas como analisar formas musicais, instituições de ajuda mútua, práticas e estratégias de incorporação e reprodução social, entre outras.

Além disto, não é possível equiparar completamente a nacionalidade do antropólogo, o seu lugar de formação e o de atuação. Hoje, no Brasil, temos antropólogos fazendo pesquisa em “África portuguesa” que não são brasileiros, embora tenham tido parte substancial de sua formação profissional no país; outros que não são brasileiros nem tiveram sua formação acadêmica no Brasil; alguns que são brasileiros, mas tiveram sua formação fora do país e por fim os que são brasileiros e formados no Brasil. Estou deixando de lado alguns brasileiros, cuja formação foi feita parcial ou totalmente no exterior, e que estão trabalhando fora do país, além dos brasileiros que, vinculados a instituições brasileiras, formados aqui ou alhures, estão fazendo pesquisa na África “não-portuguesa”. Como se pode notar, as possibilidades são muitas. E como o universo desses pesquisadores não é muito grande, indo pouco além de uma dúzia, as diferentes posições de cada um no campo disciplinar podem distorcer as generalizações acerca de uma antropologia brasileira sobre a “África portuguesa”.

(...)

E a maneira segundo a qual se formam os antropólogos em nosso país condicionaria a apreensão das realidades africanas. Pode bem ser que seja assim, mas vale um dedo de pensamento sobre isto. Quantos dos antropólogos formados no Brasil que fazem pesquisa na África portuguesa tiveram uma formação africanista? Quantos fizeram um ou mais cursos de etnografia africana? Qual a intensidade/profundidade média da pesquisa de campo em África? Essas são questões empíricas para as quais eu não tenho resposta, mas que não é difícil responder, dado a pequenez de nosso grupo. Suspeito, tomando como base aqueles de quem sou mais próximo e que realizam pesquisa de campo em África em geral, que não há uma formação típica de africanista, com vários cursos ou seminários sistemáticos sobre a etnologia e história africanas. Isto nos levaria para o campo disciplinar desprovido da rigidez desse tipo de formação, mas, por outro lado, que carece da densidade da formação prévia necessária ao início de qualquer pesquisa.

O que levamos em lugar disto? As teorias e ferramentas analíticas desenvolvidas localmente para lidar, por exemplo, com as sociedades indígenas brasileiras, com os camponeses do nordeste e centro-oeste? Não creio, e sinto-me, às vezes, embaraçado por não dialogar mais intensamente com os colegas da etnologia indígena brasileira. Parece-me que o que levamos para o campo é um ecletismo que pode bem ter muito potencial criativo, mas pouca densidade e uma grande ingenuidade. Vou me ocupar apenas dessa última faceta.

Ser eclético, nesse contexto, pressupõe em termos práticos a ilusão de que estamos dialogando com o mundo (com as nossas variadas fontes de inspiração teórica, temática e metodológica), quando, na realidade, estamos, como rede, aprisionados num grande solilóquio.

A emergência de um campo de estudo consolidado na antropologia brasileira sobre a “África portuguesa”, com ou sem singularidade, depende de massa crítica de pesquisadores que rompa com o solilóquio insano, depende de um diálogo intenso com nossos colegas brasileiros que fazem pesquisa em outros lugares, de uma presença maior, nossa e de nossos textos, nas bordas do mundo antropológico que já não tem centro: nos países africanos, em Portugal, mas também na Dinamarca, Alemanha, Holanda e alhures. Mas vai depender, sobretudo, do desenvolvimento de um olhar próprio que só se conseguirá quando deixarmos o conforto, inexplicável para mim, da “África portuguesa”, isto é, quando nos aventurarmos, bem formados e com um bom conhecimento etnográfico e histórico, nas realidades da África do Sul, Namíbia, Senegal, Serra Leoa, Gâmbia, Tanzânia, Costa do Marfim, Uganda e por aí vai, que a África é muito grande.

Juliana Braz Dias

Supor a existência de uma “antropologia brasileira” nos ou sobre os chamados países africanos de língua oficial portuguesa é uma atitude um tanto precipitada. Alguns dos problemas suscitados por tal ordem de questionamento já foram bem apontados por Omar e Trajano, sugerindo a impossibilidade de falarmos, neste momento, de um

campo consolidado e marcado por alguma especificidade substancial. Acredito, porém, que tal discussão precisa ser acrescida de alguns dados quantitativos capazes de fornecer a dimensão exata daquilo de que tratamos. Quantos, afinal, são os antropólogos brasileiros que desenvolvem atividades de pesquisa em algum dos países africanos de língua oficial portuguesa? Quantas dissertações e teses foram defendidas ou quantos artigos foram publicados em revistas especializadas, nos últimos cinco anos, tendo algum desses países como cenário onde se desenrolam os fenômenos estudados? É possível perceber um crescimento significativo nesses números quando comparados àqueles referentes a anos anteriores?

Não disponho de resposta para essas perguntas, mas esse tipo de dado não é muito difícil de ser obtido, fornecendo novos parâmetros para nossa discussão. O volume publicado no ano de 2004 pela Associação Brasileira de Antropologia (*O Campo da Antropologia no Brasil*, organizado por Wilson Trajano Filho e Gustavo L. Ribeiro) já nos fornece várias informações relevantes sobre quem são os antropólogos brasileiros que se aventuram fora de nossas fronteiras. Os dados apresentados naquela obra indicam, por exemplo, que, entre 1998 e 2001, foram defendidas no Brasil cinco teses e dissertações de antropologia que têm como foco situações sociais em países africanos de língua oficial portuguesa. Folhear as programações dos últimos congressos organizados pela ABA, procurando, nos títulos das comunicações apresentadas, referências aos PALOP, é outra forma de investigar quem são e quantos são esses pesquisadores – e pode, por vezes, tornar-se uma tarefa um tanto frustrante. Numa rápida busca pela programação da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, encontramos muito poucos trabalhos que têm como referência os países africanos de língua oficial portuguesa. Pude contar apenas quatro comunicações com essa característica, excetuando-se a própria mesa redonda que compomos levantando essa discussão e ainda alguns poucos trabalhos que remetem a migrantes oriundos dos PALOP, residentes no Brasil ou na Europa, além de pesquisas realizadas em outros países africanos. Ainda que eu esteja ciente da necessidade de um levantamento mais sistemático para aventar alguma afirmação mais conclusiva, interessa-me aqui apenas dar alguma indicação do quão limitado, em termos quantitativos, é o grupo de pesquisadores ao qual nos referimos nesse debate.

Contudo, mesmo em se tratando de um grupo pequeno e pouco homogêneo, creio que há alguns pontos que perpassam esse conjunto de experiências de pesquisa, costurando-as e merecendo atenção. Refiro-me sobretudo às condições de realização da pesquisa de campo, passando por questões como o financiamento, os usos da língua portuguesa e as dificuldades ligadas à relativa novidade do empreendimento – questões sempre relevantes numa disciplina marcada, desde muito cedo, por seu caráter reflexivo.

2) As fronteiras culturais da África e os limites do Império, da noção de PALOP e de CPLP.

Wilson Trajano Filho

Começo pelo exame do *status* ontológico da “África portuguesa” para que se possa averiguar se há alguma unidade neste objeto que estaria na base de uma eventual singularidade no modo pelo qual os sujeitos (nós, os antropólogos brasileiros) o tratam.

A locução que nos ocupa se refere a cinco antigas colônias do império português. Duas são sociedades insulares com menos de 500 mil habitantes. Cabo Verde, formado por dez ilhas com topografia, clima e solos diferenciados, foi povoado originalmente por gente de Portugal e por uma massa de africanos da costa adjacente para ali trazidos em situação de servidão. Com o passar dos anos ali se desenvolveu uma sociedade crioula, produto de um complexo jogo de misturas entre gente de proveniências étnica, lingüística e religiosa diferenciadas. Na base de sua reprodução social está o seu papel de intermediário num sistema inter-societário de troca: como agentes no comércio atlântico e com a costa. Ali não foi gerado um sistema produtivo que satisfizesse as necessidades básicas de subsistência. São famosas as crises de fome provocadas pelas secas regulares que assolam as ilhas. Sua reprodução desde muito cedo dependeu da dispersão de seus habitantes pelo mundo (primeiro pela costa adjacente, a seguir pelo império colonial e hoje no vasto mundo da globalização). São Tomé e Príncipe foram povoados de modo semelhante a Cabo Verde. Também ali surgiu uma sociedade crioula, mas, diferentemente do arquipélago do norte, não precisou dispersar seus filhos pelo mundo para se reproduzir. Depois de ser um entreposto de escravos, ali se desenvolveu uma economia baseada na agricultura de exportação dominada pela elite crioula local. As duas ilhas receberam, desde 1860, um grande influxo de cabo-verdianos que, fugidos da seca e da fome, vinham trabalhar nas suas roças de café e cacau.

Das antigas colônias continentais, a Guiné-Bissau é a menor e a mais pobre. É parte do complexo cultural e social da zona conhecida como Alta Costa da Guiné. Vivem no país atualmente cerca de 1,4 milhões de pessoas que têm laços de pertencimentos com cerca de 20 grupos historicamente muito inter-relacionados, o que os tornam etnicamente ambíguos. Ali também se desenvolveu uma sociedade crioula, mas muito diferente das de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe. Foi essa sociedade, na realidade, um grupo de intermediários que não tem a forma de uma elite, que esteve à frente do movimento nacionalista dos anos 50 e 60. A população rural vive basicamente da agricultura de subsistência. A presença colonial portuguesa sempre foi muito diminuta, ficando o governo de fato da colônia nas mãos dos cabo-verdianos que ocupavam os escalões intermediários da burocracia.

Angola e Moçambique são os gigantes do sul. O primeiro tem uma população de 12 milhões e no segundo vivem cerca de 20 milhões de pessoas. As populações rurais estão divididas em vários grupos étnicos, que, em contraste com os da Guiné, têm uma massa crítica diferente. São grandes grupos. Culturalmente, os grupos de Angola são muito assemelhados, fazendo parte da vasta família lingüística dos bantus do sul. A presença do Islão é pouco relevante nesse país em que se formou uma elite de mestiços relativamente grande, talvez porque Angola tenha sido a única colônia de povoamento portuguesa. Mas essa elite nunca constituiu uma verdadeira sociedade crioula, com formas e instituições particulares de incorporação e reprodução.

Mais populoso, mas com menos riqueza potencial que Angola, Moçambique é habitado por povos pertencentes ao grupo lingüístico dos bantus centrais. Também são povos culturalmente assemelhados, mas diferente dos de Angola, em Moçambique a presença do Islão é muito mais forte. Porém, trata-se de um Islão diferente do praticado na Guiné Bissau e em grande porção da África ocidental, que é muito orientado pelas irmandades senegalesas. Parte das populações tradicionais de Moçambique pertence ao chamado

cinturão matrilinear da África central, o que confere a esses povos alguma distinção com relação aos das outras antigas colônias. Em Moçambique também se encontram presentes uma parcela significativa de indianos e povos do Índico.

Essas breves informações sugerem que as populações tradicionais desses países têm muito pouco em comum para justificar etnograficamente a expressão “África portuguesa”. Um camponês balanta ou pepel da Guiné-Bissau vive num horizonte social e cultural muito mais próximo dos camponeses mendes e temnes da Serra Leoa do que dos seus congêneres macua ou kimbundo de Moçambique e Angola. A população crioula das vilas da Guiné também é mais próxima culturalmente dos krio da Serra Leoa do que da elite mestiça angolana. Na realidade, as três antigas colônias continentais se localizam em três áreas culturais diferentes: a Guiné-Bissau pertencendo ao complexo da Alta Costa da Guiné, Angola à área do Congo, e Moçambique à área do gado. Se esse linguajar for por demais anacrônico, posso traduzir, dizendo que as antigas colônias portuguesas vivenciaram uma inserção diferenciada na dinâmica dos fluxos inter-sociais em África.

Tomadas somente as populações tradicionais desses países, tais como foram idealizadas no período clássico da antropologia africanista, a “África portuguesa” é uma construção que carece de sentido etnográfico, não podendo ser a base de qualquer eventual singularidade da antropologia realizada por brasileiros. Porém todas essas sociedades vivenciaram um processo histórico comum por cerca de 100 anos. Trata-se do processo que resultou na implantação de um regime colonial por um mesmo império. E se não há um fundamento etnográfico para falar em “África portuguesa”, certamente há um fundamento de natureza histórica. Todas essas sociedades se defrontaram com uma presença imperial, que era orientada pelos mesmos princípios gerais e pela idéia de uma missão civilizadora *à la* portuguesa. Trata-se de um império marcado por uma auto-imagem de fragilidade, fraqueza e humildade, mas que nem por isto deixou de ser forte, sendo o último império a desmoronar. Porém, quando se olha mais de perto, percebe-se que a atuação do império foi muito diferente em cada colônia. Se Angola atraiu uma massa de colonos portugueses, estes praticamente inexistiam na Guiné. Se Angola e Moçambique eram ricas colônias, a Guiné e São Tomé foram, em larga medida, desprezados. E Cabo Verde sempre ficou indeciso entre ser África e ilhas atlânticas.

É então a presença colonial portuguesa que justifica, como uma experiência histórica, uma unidade relativa à “África portuguesa”. Mas isto, a meu ver, não basta para construir uma singularidade. Complementa a experiência histórica relativamente compartilhada a obsessão brasileira (ou obsessão das ciências sociais brasileiras) com a questão da nacionalidade. Os tais países do PALOP estão nos estágios iniciais de seu processo de construção nacional. Esta é uma questão candente em todos eles (em graus diferenciados, obviamente), assim como é uma temática cara às nossas ciências sociais. Talvez possa bem ser que nossa ideologia da nacionalidade, incorporadora das diferenças na totalidade nacional, represente uma vantagem para compreender a experiência histórica desses países em comparação com as visadas de outras antropologias nacionais: a inglesa e a americana que etnicizam, quando não racializam, as diferenças, tornando-as quase naturais; a portuguesa, sempre nostálgica do império perdido, sempre dividida entre o desconforto da pequenez e o devaneio de civilizar; a francesa, muito universalista e também tendente a civilizar, só que com um braço mais pesado. Uma resposta mais definitiva a esta questão terá, no entanto, que esperar por

algumas gerações de antropólogos a fazer pesquisa em terras africanas.

Omar Ribeiro Thomaz

Aqui queria colocar um ponto fundamental, que diz respeito à questão da região. Se é verdade que há algo que aproxima Angola e Moçambique, consequência de um passado marcado por um mesmo colonizador, também é verdade que é só isso que aproxima estes dois países. Quanto mais faço pesquisa em Moçambique, mais me distancio de Angola ou da Guiné, e mais me aproximo do Malawi, do Zimbábue e de determinadas regiões da África do Sul ou Suazilândia. A aproximação dos PALOP tendo como referência um suposto passado português não deixa de guardar um eco luso-tropical. E não só porque os colonizadores que foram para Angola e Moçambique, e que não existem mais, eram profundamente diferentes, mas porque as populações de Angola e Moçambique também são profundamente diferentes, para não falarmos da Guiné, de Cabo-Verde ou de São Tomé e Príncipe.

A noção de “área cultural”, infelizmente fora de moda entre nós, faz todo o sentido nestes contextos africanos, e é a que permite realizarmos um salutar trabalho comparativo. Enquanto que a Guiné está inserida no que se convencionou chamar de “África Ocidental”, e boa parte de Angola se associa à “bacia do Congo”, Moçambique é um contexto austral e oriental. As comparações reveladoras aqui serão entre o norte de Moçambique e a antiga África Oriental Britânica, entre o centro e as antigas Rodésias, e entre o sul e a África do Sul e a Suazilândia. Outros povos, outros colonizadores, o antigo passado português é um fator que interage dinamicamente com outros, o que certamente distancia Moçambique de Angola, e de Portugal, e do Brasil... E Moçambique está ainda no Índico, e são as populações indianas a serem herdeiras de uma espécie de colonialismo concorrente com os portugueses, e são os indianos que permaneceram e fazem parte do dia a dia dos moçambicanos.

3) A língua portuguesa: potenciais e armadilhas

Wilson Trajano Filho

O fato de sermos falantes do português tem algum efeito sobre a condução e os resultados de nossas pesquisas? A esse respeito, é importante notar que as sociedades desenvolvem olhares e entendimentos diferentes sobre a língua. Lembro que Portugal é uma comunidade de fala focada, onde a língua é um fator de identidade muito forte, objeto da atenção e regulação pelas instituições do Estado e da sociedade e onde as variações vernaculares em contexto de uso são constrangidas pela política e ideologia lingüística. O Brasil também o é, mas em menor grau. Os países africanos de língua oficial portuguesa são comunidades de fala difusas, onde a língua joga um papel coadjuvante como fator de identidade a nível nacional, as políticas lingüísticas concretas têm uma natureza mais utilitária do que valorativa e onde as variações lingüísticas são muito pouco constrangidas pela ideologia. Tudo isto quer dizer duas coisas muito importantes e relacionadas: 1) a língua portuguesa não é percebida da mesma forma nesses países; e 2) o que se identifica como português em África não tem como referência um código ou sistema monolítico. Na realidade, “português” é um nome, um rótulo que se refere a um conjunto enorme de variedades vernaculares cujos extremos estão mais apartados do que a nossa variante culta está da variante culta do espanhol.

Por tudo isto, a indagação sobre o papel da língua em nossas pesquisas precisa ser revista para que não tenhamos como ponto de partida a nossa ideologia lingüística, que, como foi visto, aloca grande valor identitário à língua. Resta saber se num nível pragmático a eventual mútua inteligibilidade das variantes vernaculares que chamamos de “português” facilita as nossas interações em campo. Aqui, novamente, o quadro é o de uma imensa variabilidade. Eu diria que para o meio urbano em Cabo Verde a resposta é afirmativa, para as pequenas comunidades rurais da ilha de Santiago, eu tenho fortes dúvidas. Para São Tomé, a situação é semelhante à de Cabo Verde. Com relação à Guiné-Bissau, a vantagem comparativa do falar “português” é quase nenhuma. Omar pode nos ajudar a desvendar isto no caso de Moçambique. Angola, creio eu, ainda precisa ser descoberta pela geração de antropólogos brasileiros que fazem pesquisa de campo.

Omar Ribeiro Thomaz

A segunda suposição diria respeito a um nexos específico entre os antropólogos brasileiros ou formados no Brasil e distintos contextos que caracterizamos, por mero comodismo, sob o guarda-chuva da mesma língua oficial. E aqui é a língua portuguesa que ganha um inusitado protagonismo. Se é evidente que não parece fazer parte do espírito da mesa qualquer sorte de empuxo luso-tropical, não é menos verdade que a unidade lingüística não deixa de ser uma suposição que merece, no mínimo, ser posta em questão.

É fato que o português é a língua oficial de cinco países africanos – Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique. Recentemente, transformou-se em língua co-oficial na Guiné-Equatorial, ao lado do castelhano, e está em vias de ter um estatuto privilegiado no Senegal. A relação que nestes distintos países os indivíduos têm com a língua portuguesa é, contudo, muito distinta, o que nos impede de criar um nexos entre eles, e mais ainda um nexos entre estes países e o Brasil.

Do ponto de vista demográfico, o português tem um impacto muito diferenciado. Na Guiné-Bissau é uma língua quase que restrita aos documentos oficiais, sendo praticamente ausente e mesmo desconhecida para a maioria dos seus habitantes, que têm muita clareza quanto ao seu estatuto oficial frente ao caráter nacional do crioulo guineense. Em Moçambique, se é verdade que se trata de uma língua cada vez mais falada e conhecida por parte dos moçambicanos, continua sendo a primeira língua de uma minoria ínfima, e uma língua cujo controle adequado traduz, sobretudo, uma posição de *status* e poder. É verdade que em Angola o estatuto do português é singular, pois este país constitui um dos poucos em que a maioria da população conhece efetivamente a língua do Estado e das elites, num processo de generalização autônomo da formação de um sistema educacional razoável.

E mesmo em Angola e Moçambique caberia a pergunta: em português nos entendemos? Creio que não. É verdade que o uso do português nos aproxima efetivamente de circuitos de elite e circuitos intelectuais destes países, o que não é pouca coisa. As elites angolanas e moçambicanas são profundamente cosmopolitas, conhecem a literatura brasileira e são mesmo tributárias de uma relação específica com o Brasil, na medida em que em diversos momentos a produção intelectual autônoma destes países se fez, no período colonial, tendo como referência, entre outras, a produção intelectual e literária

brasileiras. Mais recentemente, a cultura de massa brasileira, na forma de telenovelas e mesmo programas de outra natureza, invadiu estes países e passou a fazer parte de um repertório possível, sobretudo para as elites urbanas. Mas não podemos esquecer que as produções brasileiras competem com as de outros países. Em Moçambique, por exemplo, as novelas brasileiras competem com aquelas importadas da Índia, preferidas pelas comunidades remanescentes de indianos neste país.

Para o trabalho historiográfico, o conhecimento do português é realmente uma vantagem. E não apenas para os estudiosos dos atuais PALOP: boa parte da documentação disponível sobre diferentes regiões da África entre os séculos XVI e XVIII está em idioma português, o que nos situa numa relação de vantagem com relação aos pesquisadores de outras paragens. No entanto, são poucos os brasileiros que conhecem as fontes árabes, também fundamentais para a compreensão do imenso interior africano no período pré-colonial, ou a produção indiana, crucial para uma aproximação adequada à costa oriental...

Mas as vantagens do conhecimento do português para uma relação com as elites e para uma aproximação privilegiada com as fontes não são suficientes. A idéia da existência de uma língua comum é, na verdade, profundamente autoritária, pois nos fecha para a singularidade do uso do português nestes contextos, transformando-a, em todo o caso, em objeto de comentários jocosos ou curiosidades. Eu sou daqueles que defende que o português em Moçambique é, na atualidade, um idioma nativo. E não apenas porque vem sendo crescentemente a língua preferencial de muitos nos núcleos urbanos ou mesmo a primeira língua de uns poucos, mas sim porque foi incorporado dinamicamente no dia a dia dos moçambicanos como um patrimônio próprio. Aqui creio que o desafio é o estranhamento real do português falado (e escrito) em Moçambique, que permite a percepção daquilo que as pessoas estão expressando, num processo em que a língua comum é construída na prática da relação entre o antropólogo, no caso, brasileiro, e seu interlocutor, e não um suposto *a priori* da comunicação entre os pólos.

Um bom exemplo do que estou falando pode ser a generalização no uso do termo *xará* no sul de Moçambique. Trata-se de uma palavra até há pouco tempo atrás desconhecida em Portugal e que, nos últimos 20 anos, tem sido incorporada pelos falantes das diferentes línguas do sul de Moçambique. Na tradução portuguesa aos *Usos e costumes dos Bantu*, de Henri Junod, o termo *xará* não aparece, e quando Webster trabalhou entre os Chope do sul de Moçambique no início dos anos 70, ele não fez referência a este termo, utilizando a palavra *chope nyadine*, que tem os seus correlatos em *changana*, *xitswa* e *bitonga*. A afirmação: “você é o meu *xará*” é recorrente no sul de Moçambique, e parece indicar, de forma efusiva, apenas o fato de dois indivíduos terem o mesmo nome, ou nomes com a mesma raiz. No entanto, o *xará* é muito mais do que isso: é uma verdadeira instituição. O mesmo nome cria uma relação de quase parentes, como firma Webster, o que supõe um conjunto de deveres, obrigações e direitos. Uma criança pode ser o *xará* de um senhor mais velho, o que implica relações de obrigações desta criança com este senhor, e implica que ela é também o pai classificatório dos filhos dele, o que supõe todo um outro conjunto de deveres, obrigações e direitos. Um indivíduo pode ser *xará* de um morto, de um antepassado, o que o coloca num outro universo de relações, e cria uma conexão entre ele e os acontecimentos dos tempos antigos... Demorei anos para perceber a relevância do *xará*, e durante muito tempo

tomava o caráter efusivo dos meus *xarás* como uma simples simpatia que surge entre interlocutores portadores de um mesmo nome. Algo que, por outro lado, não faria muito sentido em Portugal, onde o regime de nomação é, como sabemos, muito mais restrito no que se refere a nomes próprios, e que acabaria por transformar alguém em *xará* de um número infinito de pessoas...

O mesmo podemos dizer com relação ao termo *lobolo*, absolutamente incorporado no português moçambicano, que tem o verbo correspondente *lobolar*, e que representa uma instituição central na vida dos moçambicanos. O *lobolo* traduz, entre outras coisas, a relação de um indivíduo do sexo masculino com a sua sograria. A tradução para dote ou preço da noiva é empobrecedora, inclusive porque em Moçambique a tradução não é necessária. A tradução de todos os termos de parentesco das línguas nativas para o português, como revela Christian Geffray, leva a múltiplos equívocos, além daqueles cometidos por antropólogos, mas entre aqueles que, oriundos de outras paragens, traduzem o termo *mamã*, como mãe, e *papá*, como pai, no território makua, onde não há nem pais, nem mães... ou entre aqueles que associam o termo *mamana*, do Sul de Moçambique, à idéia de mãe, quando as *mamanas* podem ser mães, mas certamente são muito mais que mães.

Enfim, em português não nos entendemos, e o uso inicial deste idioma entre antropólogos brasileiros e os moçambicanos pode criar uma falsa identidade que acaba por nublar o sentido das palavras num contexto específico, no interior de um processo de africanização do português e do seu uso concomitante com uma infinidade de outras línguas.

(...)

Mas o uso do português é, em Moçambique, sobretudo o indicador de *status*. Por mais que os brasileiros procurem se diferenciar do antigo colonizador, e não sejam com eles confundidos por parte dos moçambicanos urbanos, o seu uso recorrente o situa numa hierarquia social que está para além de sua vontade. Ou seja, o português não aproxima, mas distancia. Os falantes de português, aos olhos da imensa maioria camponesa, sejam eles brancos ou negros, estão associados ao universo urbano e a um conjunto de atributos do *mulungo*, do “civilizado”. Assim, um antropólogo brasileiro é um *mulungo*, como o é o representante da nação, ou seja, um burocrata oriundo de Maputo, que se veste como os antigos assimilados e aparece vestido à ocidental, ou com evidentes marcadores de consumo, tais como relógios, telefones celulares, ou automóveis.

Não há necessariamente uma empatia imediata entre um camponês moçambicano e um antropólogo brasileiro, ficando esta restrita geralmente a setores das elites locais que, por outro lado, nos conhecem a partir de referências literárias ou por meio das telenovelas. As novelas brasileiras constituem uma realidade em Moçambique pelo menos desde meados dos anos 80, e nos últimos anos têm se generalizado em função da expansão da televisão no país. As imagens sobre o Brasil não são necessariamente as mais agradáveis. Se entre setores da elite maputense há certa simpatia, e mesmo a positivação de um universo de consumo presente nas novelas, em outros meios ocorre por vezes uma rejeição, em função da forma como são representadas as relações de gênero, e sobretudo da maneira como surgem as relações inter-geracionais. A erotização ou mesmo hiper-sexualização são percebidas com desconfiança e geram muita

ansiedade, para além do fato de que pouco sabemos do que realmente se compreende destas mesmas telenovelas no país. E mais: não temos por que supor que a telenovela brasileira criaria uma identidade específica entre os moçambicanos e o Brasil, diferente daquela que se cria entre um zimbabueano e os Estados Unidos em função da generalização dos seriados americanos neste país...

Juliana Braz Dias

Impossível não discutir cuidadosamente o papel da língua diante do conjunto de questões aqui colocadas. A tônica da discussão permanece a mesma, tomando como objeto de reflexão um conjunto de indagações, seus fundamentos e desdobramentos. Seria a língua um fator a aproximar as diversas realidades sociais aqui mencionadas? Articulada a outros fatores, a língua ajudaria a constituir um bloco relativamente homogêneo? Em conseqüência, estaria a língua atuando também na delimitação de um objeto sobre o qual teríamos um olhar específico? Pela série de razões já elencadas, encaminhamos nossa resposta para uma negativa: no que se refere à homogeneização desse grande e diversificado grupo, como também no que toca a uma vantagem cristalina dos pesquisadores brasileiros no acesso aos dados e no próprio relacionamento com as pessoas cujas práticas sociais tornam-se objeto de nossas pesquisas. Dando a esse debate a atenção merecida, opto por dar continuidade ao mesmo a partir de uma reflexão que caminhe muito de perto com minhas próprias experiências de pesquisa em Cabo Verde. A “língua portuguesa” e o papel por ela desempenhado nesse encontro etnográfico apresentaram-se a mim com certo grau de novidade, uma vez que colocavam em perspectiva minha própria ideologia lingüística e exigiam um redesenhar das estratégias de investigação.

Em 1998, quando programei minha primeira ida a Cabo Verde, pude perceber quão desconhecido era o arquipélago para a grande maioria das pessoas, aqui no Brasil, com quem eu comentava sobre meu projeto de pesquisa. Aos poucos, fui ficando mais paciente com essas situações e aprendendo a apresentar Cabo Verde aos meus interlocutores brasileiros como um arquipélago africano que se alcança em pouco mais de três horas de voo a partir de Fortaleza; como a terra natal de Cesária Évora; e – a referência principal – como um país onde também se fala português.

Igualmente marcante foi, para mim, descobrir o quanto o Brasil era próximo e presente para os cabo-verdianos. Em diversas situações que presenciei pude perceber o importante e complexo papel desenvolvido pelo Brasil no imaginário cabo-verdiano. Relato, a seguir, algumas dessas situações, ocorridas durante minha segunda ida a Cabo Verde, mais precisamente na ilha de São Vicente, em 2002.

Não era raro eu participar de conversas cujo teor era a admiração demonstrada pelos meus interlocutores cabo-verdianos em relação ao Brasil. Claro está que muito dessas conversas era estimulado pela minha presença ali e pelo desejo de demonstrarem, à visitante brasileira, a conhecida hospitalidade cabo-verdiana. Mas o significado dessas conversas não se esgotava aí. Fui me acostumando a ouvir que “no fundo, no fundo, cabo-verdiano e brasileiro é a mesma raça” ou, o mais comum, que “Cabo Verde e Brasil são dois países irmãos”. Certa vez, conversando com um membro da elite local, ouvi que o Brasil seria não apenas “um país irmão”, mas acima de tudo “o irmão que deu certo”. Confesso que minha primeira reação foi de grande surpresa diante desse

título, tão distante da auto-imagem que costumamos nutrir sobre a nação brasileira. E a situação começava a exigir de mim atenção para o papel que meu país desempenhava no imaginário local, bem como para as conseqüências disso para o trabalho de pesquisa que eu procurava desenvolver.

A segunda situação a que me remeto enfoca mais diretamente a questão lingüística. Apesar de Cabo Verde ter como língua oficial o português, utilizado na administração pública, nas escolas e nos meios de comunicação de massa (e com mais freqüência entre os membros da elite local), a língua crioula é falada na maior parte das situações cotidianas e é um elemento fundamental na constituição da identidade nacional cabo-verdiana. Assim sendo, ao longo de toda minha estada em Cabo Verde busquei aprender e me aperfeiçoar na compreensão e na fala da língua crioula, uma porta de entrada para o universo cultural das ilhas. Ainda que me compreendessem quando me expressava em português, esforçava-me para conversar em crioulo, mesmo que me atropelando em pequenas falhas. Certo dia, quando fazia compras em um pequeno estabelecimento comercial, o vendedor, um rapaz de aproximadamente vinte anos, puxava assunto, como de costume, sobre o Brasil. Como acontecia com grande freqüência, por mais que eu insistisse em falar crioulo, meu interlocutor, curiosamente, também se esforçava em falar português, gerando uma situação ao mesmo tempo engraçada e desconfortável. Pedi então, explicitamente, que conversasse comigo em crioulo, para facilitar meu processo de aprendizagem da língua. Frente a isso, o rapaz me questionou: “Para que? Sua língua é mais *sabe*...”. Noto que o adjetivo *sabe*, oriundo do crioulo e que encontra equivalência nas palavras portuguesas “gostoso”, “bom”, “agradável” e “prazeroso”, não apenas tem forte teor positivo, mas é ele mesmo um referencial para os nativos de São Vicente, que designam a ilha como uma *terra de sabura*. Essa situação se repetiu com tanta freqüência que comecei a perceber que falar em “brasileiro” (como eles chamam nossa língua) era, muitas vezes, uma maneira mais eficiente de aproximação aos meus interlocutores, que, se não se sentiam mais à vontade no uso da “língua das telenovelas brasileiras”, sentiam-se certamente mais interessados e estimulados. Optar pelo “brasileiro” em lugar do crioulo, em algumas situações, significava, por certo, fechar alguns caminhos que me levariam ao universo da cultura cabo-verdiana, mas mostrava-se uma forma mais eficiente, na prática, de estabelecer vínculos e facilitar a aproximação a algumas pessoas, criando um ambiente mais favorável à realização da pesquisa.

Para refletir sobre esses dados, é preciso, antes de mais nada, enfatizar que todos eles dizem respeito a Cabo Verde, e à Ilha de São Vicente em particular, não podendo ser displicentemente estendidos ao conjunto amplo e altamente heterogêneo dos países africanos de língua oficial portuguesa. Essa ênfase na proximidade entre Cabo Verde e Brasil é tão própria da população de São Vicente que é mesmo um atributo importante utilizado na construção da singularidade daquela ilha frente às demais localidades do arquipélago cabo-verdiano. Essa identificação com o Brasil diz muito sobre como os nativos de São Vicente se pensam, não podendo sequer ser estendida a Cabo Verde como um todo. Mas mesmo ciente dessa particularidade dos dados apresentados e do contexto do qual fazem parte, creio que há pontos aí que nos permitem levar adiante reflexões mais gerais.

A maneira como minha nacionalidade e minha língua materna interferiam nas situações vivenciadas em campo, facilitando ou dificultando a aproximação, bem como

direcionando de alguma forma a troca de informações, tudo isso vem reforçar a necessidade de refletir sobre as relações pré-existentes entre nosso país e aqueles que procuramos compreender. E se nosso foco aqui é a possível especificidade das pesquisas desenvolvidas por antropólogos brasileiros nos PALOP, torna-se fundamental pensarmos sobre nossa inserção nesse contexto lingüístico e político da “lusofonia”, refletindo sobre a maneira como ela pode moldar em alguma medida nosso trabalho, organizando de antemão o cenário onde atuamos.

Acredito que não seria demais afirmar que os brasileiros, em geral, sentem-se bastante distantes dos países africanos de língua oficial portuguesa. A participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem muito pouco peso na imagem que os brasileiros constroem de si próprios – especialmente se compararmos à maneira como os portugueses retomam constantemente essa comunidade lingüística, arriscaria dizer, quase como uma reinvenção politicamente correta do antigo império colonial português. E, como em Portugal, também nos PALOP essa situação lingüística me parece ser plena de significados (outros significados, claro), com alguma profundidade histórica e interferência direta em determinados eventos da atualidade. Noto, uma vez mais, o caráter heterogêneo desse grande grupo ao qual nos referimos. Cada um desses países (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique), bem como os sub-grupos que compõem essas totalidades nacionais, certamente vivenciam e interpretam de maneira muito particular essa experiência de “compartilhar” uma mesma língua. Mas o fato a se destacar é que, em qualquer desses contextos, o etnógrafo brasileiro, falante de português, não desenvolve seu trabalho em um “território neutro”. Nossas atividades de pesquisa não caem num vazio. Em qualquer desses países, resguardadas suas especificidades, o Brasil desempenha inegavelmente um papel muito particular. E, como etnógrafos, precisamos lidar com essa realidade e ter em mente as relações que já se colocavam ali, entre a nossa sociedade e aquela que pretendemos estudar, antes de nossa chegada a campo.

Fazer etnografia é, como sugere Geertz, “situar-nos”, partilhando em alguma medida daquele novo contexto cultural com suas estruturas de significação. Insisto que “situar-nos” significa, entre outras coisas, tomar pé da imagem construída sobre nós pelo grupo que estudamos. É conscientizar-nos a respeito da posição histórica e política que desempenhamos frente àqueles que buscamos compreender. Assim como construímos interpretações sobre os grupos que estudamos, somos também objeto do pensamento deles. No caso tratado aqui, precisamos conhecer o significado de ser brasileiro (e de falar “brasileiro”) para o grupo com o qual entramos em contato, aprendendo também a lidar com essa imagem e com a interferência dela no desenrolar das atividades de pesquisa.

Volto ao caso cabo-verdiano para reforçar meu argumento. Tendo meu país definido pelos informantes como um país irmão, vi construída, logo a princípio, uma relação que nos aproximava, colocando em relevo os pontos comuns de nossa história. Mas eu não poderia parar aí. As discussões teóricas em nossa disciplina, nos clássicos estudos de parentesco, apontam frequentemente para a idéia de que, entre irmãos, não há só igualdade. O mesmo parece funcionar para a metáfora aqui empregada. A história comum como ex-colônias portuguesas nos aproxima, mas não necessariamente nos iguala. E é mesmo um cabo-verdiano que sela isso quando me diz que somos o irmão que deu certo. O que fazer diante dessa desconfortável afirmação?

Podemos pensar de maneira semelhante sobre a questão lingüística. A língua portuguesa nos aproxima, mas as variações regionais são valoradas diferentemente. Trata-se, a princípio, de uma mesma comunidade lingüística, mas numa relação desigual. E essa desigualdade pré-estabelecida entre o antropólogo e seus informantes revela todo o seu potencial em balizar os processos artesanais de construção de proximidades e distanciamentos próprios do fazer etnográfico. Resta-nos, em última instância, questionar em que medida nós, antropólogos, estamos sujeitos a reproduzir tais hierarquias em vários planos: na forma de nos relacionarmos em campo, nos diálogos estabelecidos, nos dados obtidos e nas conclusões a que chegamos.

4) Outras questões políticas

Wilson Trajano Filho

Há, de fato, uma rede incipiente de gente fazendo pesquisa em África, que compartilha temáticas, abordagens e dificuldades. Estrategicamente, poderia até ser interessante do ponto de vista da rede que houvesse uma singularidade na forma de tratar a “África portuguesa” que fosse reconhecida interna e externamente, pois tornaria mais efetiva as ações coletivas visando fins comuns. E isto pode estar mesmo acontecendo agora, com esse prelúdio a quatro vozes, mas, se este for o caso, o processo ainda está em fase embrionária. Além disto, um eventual reconhecimento externo de uma peculiaridade brasileira potencial deve ser matizado se quisermos entender o verdadeiro potencial que isto teria para a reprodução do grupo e da linha de pesquisa entre nós.

Evito propositadamente o uso das expressões centro e periferia para me referir à antropologia, pois o quadro disciplinar é muito rico e diferenciado para continuarmos operando com essas oposições binárias. Um eventual reconhecimento externo (da singularidade do grupo e mesmo da obra de um pesquisador individual) não passa mais nem pela circulação nem pela mediação das redes anglo-saxãs. Se trabalhamos com a “África portuguesa”, certamente teremos uma importante fonte de diálogo e trocas com os cientistas sociais (insisto aqui que a categoria estratégica é cientista social e não antropólogo) dos países africanos e com os colegas portugueses. Este talvez seja o principal público com quem dialogar nesse estágio. Mas se almejamos um reconhecimento mais abrangente como grupo, a coisa muda de figura, pois passa por uma mediação lingüística. Aí já não será suficiente conversarmos apenas em português, por menos confortável que isto seja...

Juliana Braz Dias

Outra questão que me parece muito relevante é a atual política do governo brasileiro frente aos chamados PALOP. Justamente quando percebemos um aumento na quantidade de pesquisas desenvolvidas por antropólogos brasileiros nos PALOP, vemos o governo brasileiro empenhar-se numa aproximação ao continente africano e à CPLP por meio de estratégias diversas. Esse duplo interesse pela África lusófona talvez não seja mera coincidência – e certamente interfere nas condições de realização das nossas atividades de pesquisa.

Não muito tempo atrás, a imprensa noticiou a pesada crítica do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva em relação ao setor aéreo brasileiro. A carência de linhas aéreas ligando nosso país à África estaria impedindo maior intercâmbio entre o Brasil e os países africanos. O Presidente lembrou que, para um brasileiro chegar à Angola, precisa antes passar por Londres. Disse ainda que precisava ter “uma conversa séria” com o setor aéreo brasileiro, aventando até mesmo a possibilidade de criação de uma nova empresa aérea estatal capaz de responder a essa demanda.

Essas declarações estão amarradas a uma série de iniciativas tomadas pelo governo federal a partir do primeiro mandato do Presidente Lula. Desde que assumiu a presidência em 2003, Lula visitou 19 nações do continente africano, incluindo os PALOP. Nas visitas a esses países, foram assinados diversos acordos de cooperação e convênios técnicos nas áreas de educação, saúde, tecnologia eletrônica e agricultura. Foram feitas também doações de recursos e renegociação de dívidas. Em 2004, o Presidente Lula chegou a perdoar a dívida de 2,7 milhões de dólares que Cabo Verde tinha com nosso país, colocando em prática a generosidade que, como afirma, todos países devem ter com países menores. Em um discurso proferido em abril de 2005, em sua quarta viagem à África, o Presidente chegou a afirmar que seu desejo é que os governantes africanos percebam que nós somos “um país de irmãos”, que temos interesse numa integração efetiva e que queremos repartir o pouco que temos com eles, para eles repartirem um pouco do que têm conosco.

O estreitamento das relações com países pobres e em desenvolvimento (no continente africano, em especial) tem sido uma das principais estratégias da política externa do atual governo brasileiro. O objetivo final é aumentar o comércio e impulsionar os negócios com esses países – embora haja também clara e firme dimensão política nessas visitas e iniciativas, visando à ocupação estratégica de uma posição de liderança na cena internacional, especialmente frente aos países do sul.

Outro dado importante é o atual incentivo, conferido pelas agências brasileiras de financiamento, a pesquisas desenvolvidas nos países africanos de língua portuguesa. De 2005 a 2008, foram lançados oito editais do CNPq para seleção de propostas de cooperação internacional com países africanos e/ou da CPLP (“Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” e “Programa de Cooperação Temática em Matéria de Ciência e Tecnologia – PROÁFRICA”). Como pesquisadores, só podemos nos alegrar diante de tais possibilidades de financiamento, que tornam viáveis nossos projetos. Mas não podemos deixar de refletir sobre a maneira como essa inclinação do governo federal pode interferir nas condições dos “encontros etnográficos” que realizamos, tendo em vista as implicações éticas e políticas desse tipo de apoio governamental, ainda que incipiente. Insisto que todas essas iniciativas do governo federal fazem parte de uma estratégia de diminuição do distanciamento dos brasileiros em relação à África lusófona. Mas são igualmente uma forma de assumir um lugar privilegiado nessa relação, por meio de um projeto de construção de hegemonia dentro da CPLP e nas relações sul-sul. É uma tentativa de redefinição dessas relações, consolidando uma suposta liderança nesse quadro.

São, portanto, novos elementos que devemos considerar na apreciação do cenário onde nos inserimos quando iniciamos nossas pesquisas. Como nos posicionarmos diante

dessa política que interfere nas relações entre nosso país e aqueles que pesquisamos, bem como na maneira como nos vemos e como somos vistos por eles? Como se dá a produção de conhecimento etnográfico diante desse cenário onde há uma frágil mas complexa inclinação à liderança do Brasil em relação à África? Correndo o risco do exagero, mas apenas querendo continuar instigando a reflexão: será que nossas pesquisas vêm se somar em alguma medida aos acordos de cooperação do governo Lula, no sentido de mostrar “nossa humanidade e preocupação com o outro”, junto com nossa superioridade técnico-científica? Ainda que nossas pesquisas possam ser enquadradas no chamado diálogo sul-sul, tenho dificuldades em aceitar como um pressuposto que sejam relações plenamente igualitárias.

Vem sendo debatido de forma sistemática no interior da disciplina o fato de que nosso ofício, como antropólogos, está intimamente relacionado a fatores de ordem política, sociológica e histórica, afetado direta e indiretamente pela dinâmica das relações entre os Estados nacionais. Até algumas décadas atrás, discutíamos essas questões preocupados apenas com a produção do conhecimento antropológico em situações coloniais e imperiais – ou seja, a antropologia produzida nos ditos grandes centros (é o que vemos, por exemplo, nos trabalhos de Talal Asad e George W. Stocking Jr.). Hoje, com a antropologia se diversificando e se fortalecendo também nas “periferias” (se é que ainda podemos usar tal expressão), é preciso complexificar essa discussão, falando não só do imperialismo *stricto sensu*, mas de outras estratégias mais sutis de liderança no quadro internacional – como acredito ser o caso do Brasil frente à África e à CPLP.

Insisto que precisamos estar conscientes das condições sociais e políticas do trabalho que desenvolvemos. Não quero dar a entender com isso que, ao ultrapassar uma longa etapa de preocupação exclusiva com a “construção da nação”, a antropologia brasileira esteja agora voltada para uma “construção do império”. Como sugere Gustavo L. Ribeiro ao refletir sobre as antropologias mundiais, não há somente duas opções para os antropólogos. Uma dicotomia desse tipo seria demasiado empobrecedora. A antropologia brasileira pode, sim, tornar-se internacional sem cair na tentação de virar uma antropologia de construção de império. Contudo, ainda que concordemos com a possibilidade apontada por Ribeiro, penso que toda essa discussão merece permanecer como uma questão a qual estejamos atentos, uma espécie de sinal de alerta, se alimentamos essa reflexividade e a consciência da imersão de nosso trabalho em um sistema de poder mais amplo.

Omar Ribeiro Thomaz

O incremento das relações políticas e econômicas paralelo a editais que favorecem o trabalho de antropólogos brasileiros nos PALOP deve ser olhado com cuidado. O interesse do Brasil em outros países do “sul” não é novo, e podemos certamente lembrar do “terceiro mundismo” do período militar, que aproximou uma ditadura de direita a uma revolução socialista como a angolana, ou promoveu a criação de ligações aéreas (subsidiadas e sem lucro possível) entre o Brasil e diferentes países africanos – entre os anos 1970 e 1980, a VARIG chegou a voar para Angola, Moçambique, Costa do Marfim e Senegal, para além da África do Sul. Com efeito, a idéia do Brasil como um país que deveria ter certo destaque no contexto latino-americano, ou entre os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, não é nova e encontra paralelos com iniciativas de outras elites nacionais, como a mexicana, sul-africana, indiana e chinesa.

E é com a China que o Brasil se encontra na atualidade em contextos africanos: o incremento de relações comerciais e políticas entre países africanos tão diferentes como o Sudão, a Etiópia, a Zâmbia, o Zimbábue e Moçambique e a China é impressionante, e não vem cercado de qualquer sorte de retórica pós-colonial ou identitária, sendo marcado antes por uma sorte de pragmatismo que parece acompanhar as relações internacionais chinesas neste início do milênio.

Não menos importante é o fato de a existência de uma retórica que aproximaria o Brasil dos países africanos em geral, e dos PALOP em particular, não vir acompanhada de relações comerciais de impacto. De fato, entre os PALOP, o único que possui uma relação de destaque com o Brasil é Angola, e certamente entre os países africanos a África do Sul e a Nigéria, por razões óbvias, poderiam despertar interesse de empresários brasileiros.

É noutro tipo de relação que parece residir certa especificidade brasileira: não é de hoje que temos a presença de quadros nacionais nos PALOP. Entre os anos 1970 e 1980, países como Guiné-Bissau, Angola e Moçambique foram terra de exílio para grupos de profissionais que fugiam da ditadura militar instalada no Brasil, e que lá encontraram possibilidades de emprego, para além da revolução almejada. Nos últimos anos, em particular em Angola, Moçambique e Cabo Verde, profissionais brasileiros se vinculam à cooperação internacional particularmente nas áreas da saúde (epidemia de HIV-AIDS) e educação, competindo com cooperantes vindos dos países do norte e que insistem na idéia de “ajuda” aos mais pobres...

Concomitantemente, não é de somenos importância o fato de o Brasil ter se transformado, desde os anos 1970, num local de possível formação superior para quadros africanos, num movimento inusitado que parece subverter a lógica que impõe o estudo e a formação na antiga metrópole colonial ou nos Estados Unidos. De fato, nas grandes universidades brasileiras não é raro encontrarmos um número considerável de estudantes dos PALOP, ao tempo em que o Estado brasileiro tem uma política generosa de bolsas de estudos, sem paralelo com outros países do sul (com exceção da China, talvez?). A contrapartida é encontrarmos significativos quadros políticos e profissionais de grande importância em países como Moçambique ou Cabo Verde que estudaram no Brasil. Um balanço sistemático destes 40 anos de cooperação na área de formação superior está ainda à espera de ser realizado.

As relações entre a pesquisa antropológica e esta expansão intermitente de interesses políticos, comerciais ou simplesmente de atuação profissional nos PALOP necessitariam ser colocadas em perspectiva. Se de fato estas relações existem, somente a comparação com a relação do Brasil com outros países pode nos ajudar a pesar efetivamente sua dimensão. Refletir sobre o lugar da pesquisa em meio a este processo mais amplo só será possível após tempo e acúmulo.

SÉRIE ANTROPOLOGIA
Últimos títulos publicados

418. BAINES, Stephen Grant. Identidades indígenas e ativismo político no Brasil: depois da Constituição de 1988. 2008.
419. MACHADO, Lia Zanotta. Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. 2008.
420. SAUTCHUK, Carlos Emanuel. *Comer a farinha, desmanchar o sal*: ecologia das relações pescador-(peixe)-patrão no aviamento amazônico. 2008.
421. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. O Material, o Simbólico e o Contraintuitivo: Uma trajetória reflexiva. 2008.
422. RIBEIRO, Gustavo Lins. Do Nacional ao Global. Uma Trajetória. 2008.
423. RIBEIRO, Gustavo Lins. Otras globalizaciones. Procesos y agentes alter-nativos transnacionales. 2009.
424. GORDON, Cesar. O valor da beleza: reflexões sobre uma economia estética entre os Xikrin (Mebengokre-Kayapo). 2009.
425. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. Concepções de Igualdade e (Des)Igualdades no Brasil (uma proposta de pesquisa). 2009.
426. PEIRANO, Mariza. O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos (versões em português e inglês). 2009.
427. MOURA, Cristina Patriota. Within Walls of Urban Enclosure: Reflections on Women's Projects in Brazil. 2009.
428. DIAS, Cristina e TEIXEIRA, Carla Costa. Uma crítica à noção de desperdício: sobre os usos da água nos banheiros. 2009.
429. RIBEIRO, Gustavo Lins. Anthropology as Cosmopolitics Globalizing Anthropology Today. 2009.
430. DIAS, Juliana Braz, SILVA, Kelly Cristiane, THOMAZ, Omar Ribeiro, TRAJANO FILHO, Wilson. Antropólogos brasileiros na África: algumas considerações sobre o ofício disciplinar além-mar. 2009.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia

Instituto de Ciências Sociais

Universidade de Brasília

70910-900 – Brasília, DF

Fone: (61) 3348-2368

Fone/Fax: (61) 3273-3264/3307-3006

E-mail: dan@unb.br

A Série Antropologia encontra-se disponibilizada em arquivo pdf no link: www.unb.br/ics/dan

Série Antropologia has been edited by the Department of Anthropology of the University of Brasilia since 1972. It seeks to disseminate working papers, articles, essays and research fieldnotes in the area of social anthropology. In disseminating works in progress, this Series encourages and authorizes their republication.

ISSN print format: 1980-9859

ISSN electronic format: 1980-9867

1. Anthropology 2. Series I. Department of Anthropology of the University of Brasilia

We encourage the exchange of this publication with those of other institutions.

Série Antropologia Vol. 430, Brasília: DAN/UnB, 2009.